

Estudos de gênero e feministas: um campo científico?

Lucila Scavone

Sugerir que os Estudos de Gênero e Feministas se constituam em um campo científico, isto é, em um espaço de relações objetivas, onde os agentes, instituições ou grupos estão em permanente luta, é interrogar-se sobre o acúmulo de capital cultural, político, científico, simbólico, por ele conquistado, ou por ele disputado. É, sobretudo, indagar sobre as lutas aí travadas, como processo de sua formação, sobre seus fundamentos teóricos e sobre a legitimidade acadêmica que lhe é atribuída. É, também, investigar os temas e problemas que estão em jogo, neste domínio, com suas distintas abordagens e sua relação com o campo científico mais amplo (Bourdieu, 1992; Elias, 1987). Trata-se, pois, de um processo pleno de tensões, que se manifestam de acordo com as forças políticas em jogo, tanto no espaço acadêmico, como no espaço militante e, também, entre eles dois.

Este texto pretende trazer elementos para verificar este pressuposto com base em diversas fontes. **Primeiro**, por meio dos documentos (revistas, livros e textos) da experiência feminista francesa que localizam as origens destes estudos neste país. A escolha da França não é fortuita, não só por sua História política marcante na Europa dos anos 1960/70, como também, pelas suas peculiaridades em relação ao Feminismo, as quais serão abordadas posteriormente. Além disso, pela ligação histórica de feministas brasileiras com o feminismo francês, quando nos anos de chumbo, a França acolheu exiladas políticas brasileiras, que criaram em 1976, “O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris”, o qual atuou junto ao feminismo francês¹.

Segundo, com base nos documentos assinalados verificar os principais debates teóricos sobre o assunto e ressaltar as querelas entre as teorias francesas e anglo-americanas e seu desenrolar histórico. **Terceiro**, com dados de uma pesquisa que está sendo realizada nas Revistas Feministas Acadêmicas Francesas, no período de 1999-2006,

¹ Embora os poucos estudos existentes sobre esta organização enfatizem mais sua articulação com os partidos de esquerda, o que faz sentido, pois ela foi criada por feministas exiladas ligadas a estes partidos; o grupo abrigou também, feministas autônomas que estudavam e moravam em Paris. A ampliação do grupo propiciou uma descentralização formando vários grupos temáticos de diferentes tendências (ao estilo do feminismo dos anos 70), inclusive um grupo de teatro. BROCHURA DO CÍRCULO de MULHERES BRASILEIRAS em PARIS, 1979; CARDOSO, E., 2004; LEITE R.de S.C. 2003.

analisar as atuais tendências teóricas, militantes e temáticas destes estudos no contexto francês-europeu e suas conexões internacionais ².

Origens políticas

Um campo “*pode ser definido como uma rede, ou uma configuração de relações objetivas entre posições*”. Há que considerar não só as posições de seus ocupantes, agentes ou instituições, mas também, a *situação* do campo na estrutura da distribuição de diferentes espécies de poder, ou de capitais. Em um campo há lutas e, portanto, há uma História com um capital simbólico e político que é parte constituinte do jogo. Além disso, “*nas sociedades altamente diferenciadas, o mundo social é constituído de um conjunto de microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações objetivas onde há uma lógica e uma necessidade específica e irreduzível àquelas que regem os outros campos*” (Bourdieu, 1992, p.72).

Deste ponto de vista, considerar os estudos feministas e de gênero um micro-campo inter-relacionado com um campo maior - o científico - significa considerar que ele desenvolveu teorias, métodos, hipóteses, nos parâmetros do que se costuma considerar ciência, incluindo aí a desconstrução que estes estudos fizeram das noções dualistas da ciência moderna³. Em seu interior há a luta constante por posições hegemônicas, as quais exprimem tendências teóricas conflitantes em jogo no entendimento das questões abordadas e que se concretizam na divulgação dos resultados entre os pares. Portanto, o campo está em constante mutação.

Além disso, há a luta pelo seu reconhecimento como **campo científico legítimo** dentro de um campo científico mais abrangente. Constituir-se como disciplina acadêmica e/ou como linha de Pesquisa em Cursos de Graduação e Pós-Graduação nas áreas das Ciências Humanas, Sociais e Filosofia; ter financiamento voltado às suas linhas de pesquisa; ter espaço em Congressos das áreas, ter seus resultados difundidos em veículos reconhecidos pelo campo disciplinar (Sociologia, Antropologia, História, Política,) ou pelo próprio campo temático, são alguns dos exemplos desta busca de legitimidade institucional, política e científica. As vias da divulgação, publicação e difusão dos resultados, as redes de citações, vão construir sua legitimidade e reconhecimento

² A pesquisa “Estudos de Gênero e Feministas: relações norte e sul” financiada pelo CNPq, está em andamento e parte da coleta empírica já foi realizada na França e ainda está por ser realizada no Brasil

³ E, portanto à teoria feminista que “*devem ser creditadas algumas das críticas mais radicais e consistentes à concepção estreita de racionalidade que subjaz ao paradigma da modernidade, não sendo, de resto, incomum a associação explícita entre feminismo e pós-modernismo*” (Santos, Boaventura S. 1989, p.119).

exterior. E, ainda, considerar a possibilidade mais ampla de dialogar com campos das áreas das biológicas e exatas, ou influenciar uma nova visão de ciência⁴.

Para debater a questão central deste texto - a cientificidade deste campo e seus limites - é necessário discorrer sobre seus fundamentos históricos, teóricos e políticos. Pressupomos que a origem destes estudos está na estreita relação entre o Feminismo (o movimento social e a crítica que ele produziu e produz) e Gênero (conceito e abordagem teórica criada pela crítica feminista). De fato, historicamente os estudos e pesquisas sobre ‘as mulheres’ (como foram inicialmente denominados) tiveram um impulso e multiplicaram-se paralelo à eclosão de uma nova fase do Feminismo, especialmente na Europa pós-68 e nos Estados Unidos. Com uma proposta de autonomia política e de **crítica radical** ao ‘*patriarcado*’ este feminismo denunciava a ‘*opressão das mulheres*’ no espaço público e privado, aglutinando-se em torno de uma postura libertária e tratando das relações entre os sexos sob um prisma até então inexplorado.

Sua emergência está contextualizada na configuração de uma sociedade urbano-industrial moderna que foi marcada pela entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e pelo advento da contracepção medicalizada e segura. As mulheres passaram a ter uma dupla jornada de trabalho e a escolher o número de filho/as que desejavam, rompendo com o determinismo biológico e social da maternidade. Emergem, então, na vida pública as contradições do espaço privado, até então abafadas, como: a questão da sexualidade; do aborto; da violência; do trabalho doméstico; enfim, **das relações pessoais e políticas entre os sexos**. Intensificam-se as lutas pelo amplo acesso à contracepção (iniciada na França nos meados dos anos 50 pelo *Planning Familial*) e pela liberação do aborto, apoiadas na reivindicação da **livre escolha da maternidade** e da **separação efetiva da sexualidade com a reprodução**.

O número especial da revista *Partisans*, “*Liberation des Femmes/Année Zero*” de julho de 1970 foi, na França, uma espécie de manifesto do ideário desta nova onda feminista ao afirmar que o “**privado é político**” (HANISH, 1970)⁵. Com uma apresentação do Movimento de Liberação das Mulheres (Mouvement de Libération des Femmes - MLF) nos Estados Unidos e na França, esta publicação evidenciava as novas

⁴ Schienbinger L.(2001); Keller E., Longino H.(1996);Wallerstein I.(1996).

⁵ A idéia de ano zero de certo modo incluía a produção intelectual dos anos 50/60. “A evolução de Simone de Beauvoir (1908) é excepcional. Entre as pesquisadoras já numerosas no CNRS (Centro Nacional da Pesquisa Científica), e menor escala na Universidade, muitas delas participaram da Resistência, depois da luta contra a guerra da Argélia. A maior parte, entre elas, se interessam à condição das mulheres que elas esperavam transformar profundamente” (Bard, C.2003 p.15). Alguns nomes: Germaine Tillon (1907), Madeleine Guilbert (1910), E as da geração dos anos 20 Andrée Michel, Evelyne Sullerot, Geneviève Texier, entre outras.Todas fazem parte da construção deste campo.

idéias do pensamento feminista e de uma nova esquerda que surgia. A análise dos textos aí publicados nos indica os principais debates, conceitos, tendências, preocupações teóricas e políticas do movimento francês: *‘luta de classes ou de sexos’*; *‘o trabalho invisível’*; *‘o mito da frigidez e do orgasmo feminino’*; *‘política sobre o aborto’*; *‘economia política da liberação das mulheres’*, *‘o estupro’*; *‘a maternidade’*, entre outros.

Com inúmeras militantes **ligadas aos partidos políticos de esquerda e de extrema-esquerda** (trotskistas, maoístas, libertárias, socialistas, comunistas,) observa-se nesta publicação um diálogo das novas idéias feministas com a nova esquerda. As discussões dos conceitos *‘inimigo principal’* a ser combatido (o capitalismo ou o patriarcado⁶) a da *‘luta de classes ou luta de sexos’*, ou da *‘economia política da luta das mulheres’* fazia uma utilização feminista das categorias marxistas. Hirata (1989, p. 91) afirma que *“a reutilização de categorias marxistas no estudo da opressão feminina vai desembocar numa análise totalmente ausente dos escritos marxistas clássicos: a do trabalho doméstico no capitalismo”*.

Entretanto, **a tática política do MLF** era original, em relação às táticas tradicionais dos partidos políticos, pois ao se afirmar como movimento identitário (as mulheres, como sujeito histórico) excluía os homens de suas lutas, tal qual o Movimento Negro (Black Power) norte-americano excluiu seus aliados brancos para conduzir seu próprio combate. Este princípio de *‘non-mixité’*⁷ marcou não só a prática do movimento, mas, foi utilizado para denunciar a exclusão das mulheres dos espaços públicos, como por exemplo, o espaço da produção científica. Além disso, não havia uma prática de **representação** de acordo com os princípios de uma estratégia **libertária e autônoma** do MLF; talvez o que possibilitou, posteriormente, a concretização da idéia contemporânea dos feminismos. No interior do movimento formavam-se grupos de reflexão, ou de autoconsciência, os quais, *“evitavam o dirigismo e a burocracia presente nos partidos políticos”*, e que se desfaziam ou refaziam ao sabor do acaso, dos interesses de cada uma. Estes grupos se multiplicaram e se espalharam, rapidamente, na França, nos Estados Unidos, no Canadá, e pelo mundo afora. Eles surgem no cenário político dos anos 1970 como *contra-poderes* que (des)constróem os saberes, os discursos e as práticas que fundamentam as relações de poder entre os sexos. (Scavone, 2006).

⁶ Texto publicado na Revista Partisans e assinado com o pseudônimo Christine Dupont, que na realidade era Christine Delphy, uma das teóricas do feminismo materialista francês.

⁷ Significa a não-coexistência de mulheres e homens no mesmo espaço, na mesma luta (Picq, 1993)

De fato, as análises sobre a formação deste campo de estudo afirmam que na França “o MLF foi o lugar onde se fundiram as idéias das pesquisas sobre as mulheres, já que ele modelou de modo durável, as aptidões para a dedicação à ‘causa das mulheres’”; seja sob a forma de militância; seja sob a forma de investimento científico na pesquisa”⁸ (Lagrange, 1990, p.27). Há a idéia de que só o *oprimido pode analisar sua opressão* (Revue Partisans, 1970) a qual cria uma espécie de “*monopólio epistemológico*” que respeita o princípio da “*não-mixité*”. Entretanto, no começo do movimento não havia consenso sobre o desenvolvimento da pesquisa acadêmica, a qual era criticada por “*feministas anti-intelectuais e Beauvoir não era um modelo e uma referência para todas*”. (Bard, 2003. p. 15).

O primeiro encontro entre os dois tipos de experiência feminista - **a militante e a acadêmica** - ocorreu na Universidade de Paris VII em 1975. Interessante ressaltar algumas **convergências** importantes entre as idéias dos dois grupos, como por exemplo: ‘*a história escrita pelos homens esqueceu as mulheres*’; *a sociologia fez somente ‘a sociologia dos homens e não a das mulheres ou a dos dois sexos’*⁹ Picq (1993, p.220). A ausência das mulheres nas ciências era criticada por parte das militantes, assim como a necessidade de incluir o trabalho invisível (doméstico) nos estudos da Sociologia do Trabalho. De fato, a problemática do sexo no trabalho “*começa como crítica da ausência de gênero na teoria marxista*”, tratada pelas feministas marxistas radicais.. Aliás, uma área temática que se manteve neste paradigma em suas versões contemporâneas, ao acompanhar de perto as transformações do mundo do trabalho e analisá-las sob uma perspectiva de gênero¹⁰.

As análises sobre as querelas entre militantes e acadêmicas nos anos 70 demonstram que há entre as próprias militantes uma divisão sobre a questão dos estudos feministas. Há aquelas que são totalmente contrárias e rejeitam a institucionalização acadêmica do feminismo. Há aquelas que são favoráveis e tem uma posição crítica sobre a questão. E neste caso, observa-se uma maior ousadia nas propostas das militantes, do que nas das acadêmicas não militantes, mais reticentes em levar uma luta no que concerne à posição desigual das mulheres na ciência, ou na inclusão de novos temas. Esta posição

⁸ Tradução da autora deste texto (TA)..

⁹ Esta citação é atribuída ao antropólogo Marcel Mauss e foi utilizada por Picq (1993).

¹⁰ WAJCMAN, 2002, p.52. Sobre esta questão ver também dois números recentes de Cahiers du Genre : Travail e mondialisation : confrontations Nord/Sud, Paris, L’Harmattan, 2006, n. 40 ; Inversion du genre : Corps au travail e travail des corps, Paris, L’Harmattan, 2007, n.42

cautelosa das acadêmicas foi se desfazendo com o desenvolvimento destes estudos. (Picq, 1993).

Gardey (2005) considera que as reflexões feministas em “*direção à Universidade e à pesquisa, e a definição de novas pesquisas nas ciências humanas é fruto de um triplo movimento*” que pode ser sintetizado: pela participação de mulheres cientistas no movimento feminista; pela feminização de disciplinas como História e Sociologia, com entrada de uma nova geração sensível ao feminismo e pela maior participação das mulheres nas profissões científicas em geral; “*as problemáticas das militantes irrigam as Ciências Humanas*”. Como exemplo desta afirmação, ela chama nossa atenção para o desenvolvimento dos trabalhos sobre a História da Maternidade na França (Knibiehler e Fouquet, 1977), que foi um tema caro ao feminismo dos anos 70.

Por outro lado, foi considerável o avanço e a produção feminista na área da História das Mulheres e na da Sociologia, que ocorreu na França a partir do final da década de 70. Há, também, que considerar a contribuição das acadêmicas da geração anterior como Michele Perrot, Yvonne Knibiehler, em continuidade com as precursoras acadêmicas do começo do século, que ao utilizarem seu estatuto de professoras universitárias e pesquisadoras, contribuíram para impulsionar a institucionalização acadêmica desses estudos¹¹. Se a relação entre o Movimento Feminista e os estudos feministas e de gênero não ocorreu sem tensões, como mostram as diferentes posições dentro do próprio MLF; podemos afirmar, com toda certeza, que foram as idéias feministas radicais dos anos 70 contra uma ordem política: familiar, sexual, doméstica e social tradicionais, que deram o impulso à possível construção de um campo de estudos feministas e de gênero.

Guillaumin (1982, p.28) conclui que “*tornar-se um objeto na teoria foi uma consequência necessária de ter-se tornado um sujeito na História*”. Em nível político institucional e internacional o reconhecimento da luta feminista, de suas idéias e reivindicações é referendado em 1975, pela ONU, com o Ano Internacional da Mulher, ocasião em que se proliferaram pelo mundo publicações sobre o tema nas mais diferentes abordagens.

A partir dos anos 80 começa, de fato, a institucionalização dos estudos feministas na França, que coincide com o refluxo da militância.. Em 1982, realização do Colóquio “Femmes, feminismo, pesquisa” na Universidade de Toulouse celebra de um lado, o nascimento destes estudos e de outro, o luto do movimento (Lagrange 1990, Bard,

¹¹ Lagrange (1990).Ver, também, nota 4 deste texto.

2003).¹². Em 1983 o CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) cria uma ATP (Action Thématique Programmée) intitulada “Pesquisas sobre as mulheres e pesquisas feministas”, e subvenciona pesquisas sobre o tema atestando “o triunfo da lógica institucional sobre a lógica militante” (Lagrave, 1990). Entretanto, se este processo de institucionalização gerou divisões e conflitos entre as próprias militantes e uma cisão entre um feminismo voltado para ação e um outro que buscava pelo conhecimento contribuir para subverter a ordem hegemônica dominante; ele ocorreu de forma muito lenta na França. O apoio institucional é interrompido no final dos anos 80 e só vai retomar nos meados dos anos 90, com a discussão da “paridade” e sob pressão dos avanços da questão de gênero nos outros países europeus¹³.

Os *women studies* começaram a ser introduzidos nas universidades americanas pela crítica feminista dos anos 60/70/80 e se desenvolveram posteriormente como “gender studies” “queer studies”, ao lado dos “estudos culturais”, “estudos sobre o racismo”, “pós-coloniais”.(Cusset, 2003) Na França a efetivação de estudos específicos pressupunha a criação de “cargos específicos, cursos especializados e remetia a duas fobias republicanas francesas: o separatismo e o comunitarismo” o que não possibilitou a transmissão do conhecimento acumulado (Bard, 2003, p.20).

No Brasil, a emergência dos **estudos sobre mulheres** “foi influenciada não só pela existência de um movimento de liberação das mulheres nos países centrais, espécie de parâmetro simbólico e longínquo, mas, também, e, sobretudo, por um ativo movimento local de mulheres” (Costa, 1994). De fato, nos anos 1970, o ‘movimento de mulheres’ se organizou fazendo um trabalho político no âmbito da luta contra a ditadura. A volta das exiladas que haviam convivido com a experiência do feminismo, sobretudo europeu, contribuiu para o fortalecimento do feminismo brasileiro. Sarti (2004).

O “Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris” é um exemplo do contato estreito com o feminismo francês, ele abrigou brasileiras ligadas a partidos políticos e feministas autônomas que, ao regressarem ao Brasil, no começo dos anos 80, continuaram, em sua maioria, vinculadas ao movimento e/ou à produção acadêmica. A confluência da

¹² Neste Colóquio houve 800 participantes e 139 comunicações (op. cit.). Nos meados dos anos 90, os países francófonos começaram a realizar uma série de Congressos sobre pesquisas feministas: *Congrès International des recherches féministes francophone*, Québec (1996), Dakar (1999), Toulouse (2002), Ottawa (2005). Interessante observar na Ata deste último Congresso, que a delegação brasileira foi a maior entre os países não-francófonos.

¹³ Há uma militância em favor da pesquisa feminista no final dos anos 80, com a criação em 1989 da ANEF (Associação Nacional des Études Féministes).

luta contra o cerceamento dos direitos individuais e da luta pelos direitos das mulheres construiu um “feminismo bom para o Brasil” na expressão de Goldeberg (1989). Este feminismo, como o dos outros países da América Latina foi (e ainda é) caracterizado por uma associação da luta pelos direitos gerais com a luta pelos direitos específicos. (Alvarez, 1997).

Os estudos feministas e de gênero no Brasil tiveram um desenvolvimento admirável que acompanhou as lutas feministas no país - do período de transição democrática à democratização do sistema político - dos anos 80, 90 e 2000, pelos “direitos sexuais e reprodutivos” (incluindo a mais antiga e interminável luta das feministas brasileiras: a da descriminalização do aborto), contra “a violência de gênero”, “pela paridade política”, “pela justiça no trabalho”, entre outras. Da criação de núcleos de pesquisas nas universidades nos anos 80, aos concursos de “pesquisas sobre mulheres financiados pela Fundação Carlos Chagas/Ford(78- 98), às Revistas Estudos Feministas e Cadernos Pagu¹⁴, ao Programa de Pós-Graduação de Estudos Feministas e de Gênero na UFBA¹⁵, entre inúmeros outros empreendimentos que extrapolam os limites deste trabalho, há um acúmulo de capital simbólico e científico incontestável, que será objeto de um trabalho à parte. Além disso, não podemos desconsiderar a significativa produção das ONGs feministas, especialmente, nas áreas de saúde, racismo, violência, na maioria das vezes, associadas à implementação de políticas públicas. Este longo percurso por si só evidencia a relação de uma ação **política feminista** com a formação de um campo científico. Entretanto, cabe limitá-lo aos objetivos deste texto.

Fundamentos Teóricos e Veículos de Difusão

A teoria do feminismo francês dos anos 70 é classificada, em geral, por uma oposição histórica entre o **feminismo universalista (ou igualitarista) e o feminismo da diferença**¹⁶. Mas, esta divisão encobre outras dentro do próprio feminismo marxista, que foi o ponto de “*referência obrigatório dos grupos militantes políticos de esquerda e de extrema-esquerda*” neste período (Fougeyrollas-Schwebel, 2005, p.16). As querelas

¹⁴ Para nomear as duas mais conceituadas da área, com qualis A na CAPES.

¹⁵ Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (NEIM/UFBA) criado em 2006 e reconhecido pela CAPES. Destaca-se também o Congresso bianual “Fazendo Gênero!” na sua VII edição em 2006 cujo sucesso demonstra a vitalidade da produção na área.

¹⁶ Esta oposição também ocorreu nos Estados Unidos, mas estamos aqui trabalhando com a especificidade do caso francês e suas posteriores influências no feminismo americano.

entre as tendências ‘luta de classe’ e as ‘feministas revolucionárias’ – universalistas – como a querela destas com a corrente Psicanálise e Política (Psychépo) – diferencialistas – expressam posições diferentes dentro “dos debates marxistas” da época, de acordo com Fougeyrollas-Schwebel, (2005). No entanto, este embate acabou se polarizando, entre as feministas revolucionárias - que passaram a se denominar **materialistas** - que assumiam o princípio de autonomia do movimento e seus temas principais, e as **diferencialistas** do grupo Psychépo, que afirmavam a diferença dos sexos como a questão prioritária do feminismo. Esta luta provocou uma profunda cisão dentro do feminismo francês dos anos 70 e gerou uma hostilidade entre parte das feministas francesas ao diferencialismo, que passou a ser identificado ao essencialismo. A análise mais detalhada dos embates específicos do feminismo francês, que faremos na continuação, poderá ajudar a compreender esta posição.

Para além das posições conflitantes do feminismo francês a discussão entre igualdade e diferença é histórica, paradigmática, no feminismo em todos os países, já que coloca em questão os meios pelos quais a ordem social estabelecida poderá ser transformada e especialmente, “parte da hipótese do carácter transformável das relações de sexo e de suas definições” (Collin, 2000). A corrente materialista universalista fundamenta-se no princípio da igualdade de todos os indivíduos perante os direitos humanos, conforme os princípios do Iluminismo marcados na filosofia política francesa, afirmando os valores laicos republicanos. “*Esta corrente reivindica o acesso das mulheres à universalidade, supostamente neutra, mas que está na posse dos homens, e o exercício de uma Razão que lhes foi negada*”(Collin,1995). Nesta perspectiva, o sexo não é natureza, mas construído a partir das relações de poder que submetem as mulheres aos homens, ele é sempre uma construção estrutural, que na corrente materialista é ancorada na divisão desigual do trabalho e na imposição à heterossexualidade.

Entretanto, o princípio da igualdade universal não resolveu o problema das diferentes identidades na construção de uma sociedade democrática, portanto, ele foi e ainda é amplamente discutido pelas feministas contemporâneas. Este princípio traz sempre a suspeição de que “o pleno reconhecimento político e social das mulheres significa que elas devam se adaptar à norma masculina”. Por outro lado ao “ser admitidas em uma organização social que leva em conta suas diferenças com os homens” a exceção do feminino é reforçada e integrada ao universal masculino (Varikas, 2000). Este paradoxo é correntemente apontado por teóricas feministas (Scott, 1998, Pateman, 1988),

A corrente diferencialista francesa desenvolvida nos anos 70 pelo grupo Psychépo, exceção do caso francês, afirma que “há dois sexos” dentro da mesma humanidade e que “o acesso à igualdade não é o acesso à identidade” (Collin, 2000), opondo-se às universalistas. Trabalhavam com questões simbólicas, culturais para explicar as diferenças entre os sexos; simpáticas ao maoísmo, propunham uma revolução cultural. Construíram uma crítica à psicanálise freudiana e incluíram uma releitura crítica de Lacan, com influências da “Escola inglesa de Psicanálise”. A líder deste grupo Antoinette Fouque era psicanalista e escritora, tendo ela própria sido analisada por Lacan. Consideravam que os dois sexos podiam criar “duas ordens de organização não hierárquicas e paralelas no mesmo mundo” (Collin, 2000).

Luce Irigaray foi uma das autoras que construiu uma análise que aprofunda a diferenciação entre os sexos, seja pela maternidade, ou pela relação primeira que uma mulher tem com outra mulher, no “corps-a-corps avec la mère”, levantando elementos para afirmar uma essência ontológica feminina. Por outro lado, afirma a relação “arcaica e primária” à homossexualidade feminina advinda deste vínculo corporal na gravidez (Irigaray, 1981, 32). O grupo Psychépo afirmava a homossexualidade feminina como vital para o se tornar mulher.

As diferencialistas tiveram poder político e notoriedade na sociedade francesa com a criação de uma “Maison d’Editions des Femmes”, em 1973 que até hoje funciona. Publicaram autoras que trabalhavam com a escrita e com a psicanálise como Hélène Cixous e Júlia Kristeva, que juntamente com Irigaray foram identificadas, posteriormente, nos Estados como *French Feminism*. Editaram a Revista “*Des femmes em Mouvement*”, que foi publicada de 1977-1982 e divulgava suas idéias com um conteúdo que buscava fortalecer continuamente, não só mulheres escritoras, mas as mulheres em geral, de todas as faixas etárias, nacionalidades.

A maior faceta deste grupo dentro do feminismo francês ocorreu ao reivindicar para si a criação do MLF. Para tanto fez uso da Lei de Associações de 1901 e registrou legalmente a sigla do MLF, em outubro de 1979. Isto gerou uma disputa enorme no meio do feminismo francês entre as diversas correntes e o grupo Psychépo. Esta apropriação indevida de um movimento muito mais amplo, que se pretendia autônomo, criou por parte das feministas francesas uma recusa ao diferencialismo, identificando-o com essencialismo ontológico, quase como uma seita.

Por outro lado, esta cisão se polarizou, conforme já nos referimos acima, com as **feministas materialistas**, que tinham à sua frente Christine Delphy, seguidora de Simone de Beauvoir. Delphy considerava as diferencialistas essencialistas e anti-feministas, já que para ela as diferenças sexuais eram construídas hierarquicamente e justificavam as desigualdades sociais; enquanto para as diferencialistas era uma identidade pré-social, dada pela natureza. Em 1977 Delphy fundou com Simone de Beauvoir a **Revue Questions Feministes (RQF)**, que foi publicada até 1980, com apoio das Edições Tierce. As materialistas criticavam o sistema capitalista, patriarcal e heterossexual, e nos artigos desta revista observa-se uma associação entre os três sistemas. Entretanto, uma corrente dentro deste grupo, na figura de **Monique Wittig**, fazia uma **crítica radical à heterossexualidade** como sistema e considerava que a luta feminista não passava somente pelas transformações do capitalismo e do patriarcado, mas pela transformação política da linguagem e da afirmação do **lesbianismo radical**. Esta autora foi bem recebida pelos estudos literários anglo-saxões, ela viveu e lecionou em várias universidades americanas desde o final dos anos 70, e foi retomada pelos “estudos queer” do final dos anos 80 em diante. Suas posições provocaram uma ruptura dentro do grupo das materialistas e na RQF.¹⁷

Esta cisão criou a “Nouvelles Questions Féministes” (NQF) em 1981, que continuou a linha de suas primeiras fundadoras. A Revista foi publicada até 1999 e teve uma interrupção por dois anos, quando em 2002 passou a ser editada por um comitê franco-suíço na Universidade de Lausanne. Com esta associação diversificou o comitê editorial e renovou as contribuições, estabelecendo muitos laços com o feminismo latino-americano. Entretanto, em seu editorial de apresentação mantêm-se fiel aos princípios do **feminismo dos anos 70**: “*A Revista se inscreve em uma perspectiva feminista anti-essencialista, materialista e radical, elaborada nos movimentos de liberação das mulheres dos anos 1970*”¹⁸ reafirmando sua posição inicial.

A querela entre as feministas materialistas e diferencialistas revela que nos dois casos há “*o primado da diferença sexual sobre as outras diferenças sociais*”. Isto permitiu o estabelecimento “*de um grupo homogêneo, as mulheres, sujeitos de uma luta, o feminismo*” mesmo se cada grupo considerasse os fins desta luta com base em questões

¹⁷ Wittig, M. 1980

¹⁸ Apresentação da Revista in: <http://www2.unil.ch/liege/nqf/>

teóricas divergentes (Lépinard, 2005, p.112). Não há, segundo esta crítica, um posicionamento sobre as relações de poder que existiam dentro do “grupo das mulheres”, nem, tampouco, a consideração das questões raciais, ou de classe. Esta crítica faz parte dos debates contemporâneos do feminismo na França, sobretudo sua relação com o feminismo anglo-americano, que será discutido no próximo tópico. Ao lado destas questões, teóricas e politicamente centrais para a formação de um campo de estudos feministas e de gênero, interessa-nos, antes, evidenciar uma outra parte da produção deste movimento nos anos 70.

Nesse caldeirão de lutas, ações e idéias foram produzidos na França, pelo menos 27 Jornais e Revistas Feministas que circularam de 1971 a 1980 (Picq, 1993). Algumas tiveram vida curta, outras, vida longa, dependendo da força do grupo que lhes produziu e das subvenções editoriais, raramente assinaladas. Um foram mais militantes, outras mais teóricas e ainda havia aquelas a meio caminho da militância e da teoria. O Jornal “Le torchon brûle”, que publicou 6 números nos inícios dos anos 70 divulgava as idéias do movimento, com um humor refinado e irônico, chegou a editar 35.000 exemplares, distribuídos nos metrô, feiras e saída de empresas, além de uma distribuição institucional (Picq, 1993).

Um exemplo de grande sucesso foi a publicação “Os Cahiers du GRIF” (Groupe de Recherche et Information Féministes) que, embora de edição Belga, circulava com muito sucesso na França e, também, na Suíça. Esta Revista, cuja primeira série circulou de 1973-1978, sem subvenção editorial, tratou de praticamente todos os temas em pauta no feminismo de então: **maternidade; violência; lesbianismo; política; as lutas; a Igreja; a linguagem; a criação; as cidades; o trabalho doméstico; a saúde; os caminhos do feminismo, entre outros.** Tinha uma característica militante e científica; nas páginas finais de cada número temático incluía referências bibliográficas sobre o tema discutido, com uma perspectiva **pluridisciplinar.** Esta Revista chegou a editar 7.000 exemplares nos últimos números da primeira série.

À sua frente estava a filósofa feminista Françoise COLLIN, que concebia o Cahiers du GRIF como uma “*revista polivalente que não era ligada a um problema ou a uma disciplina determinada*”. A Revista era ao mesmo tempo um “*espaço comum de confrontação, pensamento e ação*” e reunia mulheres, não só intelectuais, mas de todos os meios e idades. Esta polivalência, não significava dispersão, mas aprofundamento, e, por outro lado, exprimia a abertura do leque de experiências e questões teóricas colocadas pelo

MLF. Ela traduzia, em certo sentido, o próprio espírito geral do movimento dos anos 70, **libertário e pluridisciplinar**, o que pode ser uma explicação para o sucesso desta Revista. Além disso, essa pluralidade coadunava-se com uma definição de **política**, também, plural e *‘sem representação de um modelo’* para o feminismo, frente aos sérios afrontamentos de posições dicotômicas que o MLF francês enfrentou no período, conforme já constatamos. (Rochefort F, Haase-Dubosc D, 2001).

Naquele que foi declarado o seu último exemplar, da primeira série, n.23/24 dezembro de 1978, intitulado “Onde estão as Feministas?” há a proposta de uma continuidade da Revista como GRIF-UNIVERSITÉ DES FEMMES (GRIF-U). Depois de uma interrupção de cinco anos ela passa a ser publicada pela Edição Tierce, em Paris, mantendo seu nome original. A **segunda série** da Revista foi publicada entre os meados de 1985 e começo dos anos 1990, já mais institucionalizada e quando já havia ocorrido o refluxo da militância do MLF. Neste período, a Revista continua com sua proposta **pluridisciplinar** e aprofunda sua reflexão, fazendo um trabalho mais teórico e sutil, incluindo novos temas (idem, 2001). Entre os números de grande sucesso destacam-se: em 1985, sobre a filósofa Hannah Arendt, que era até então ignorada pelas feministas¹⁹; em 1987 “De la parente à l’eugénisme”, sobre as Novas Tecnologias de Reprodução; em 1988 “Le genre de l’Histoire” que traduz o artigo de Scott “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. O Feminismo entrava em outro momento histórico na França e isto repercutia nas novas questões e abordagens sobre o assunto.

French Feminism e Gêneros: debates e produções contemporâneas

As querelas teóricas do feminismo francês dos anos 70 retornaram para França, via Estados Unidos, nos anos 90. Neste caso, voltaram revigoradas pelo refinamento das teorias em relação à emergência de novas questões sociais e políticas²⁰, ou, então, mantiveram a cisão inicial com outras roupagens. Por outro lado, apesar do refluxo do movimento feminista nos anos 1980; questões importantes sobre a vida política e social francesa dos anos 90, relançaram os debates feministas para as problemáticas de gênero, da sexualidade, da política.

¹⁹ Françoise Collin publicou em 1999, L’homme est-il devenu superflu? Hannah Arendt.

²⁰ Retomando o sentido que Deleuze dá à teoria: “A teoria é uma prática assim como seu objeto. Ela não é mais abstrata que seu objeto. É uma prática de conceitos e é necessário julgá-la em função de outras práticas com as quais ela interfere”(Deleuze G.1999).

As questões da “parité”²¹, do Pacto Civil de Solidariedade (PACS)²², do casamento homossexual, da homoparentalidade, da procriação com acompanhamento médico, prostituição, violências sexuais, do uso do véu pelas mulçumanas nas escolas, entre outras²³, suscitaram posições divergentes e contraditórias. Seja entre feministas, pós-feministas, ou queers, e principalmente, por aquelas e aqueles envolvidos diretamente com as questões acima mencionadas.

O debate da paridade retomou com força as idéias do Feminismo Igualitarista dos anos 70 e dividiu as feministas francesas, segundo análises realizadas, revisitando a velha querela com as diferencialistas.²⁴ Por outro lado, a posição favorável de inúmeras feministas em relação à lei que proibia o uso do véu nas escolas, também, torna vitorioso o feminismo universalista, o qual ao não-reconhecer as diversidades culturais, afirmou-se novamente como sujeito de representação. Neste sentido, a *Associação Ni Putes, Ni Soumises* das mulheres árabes, contra o uso do véu, teve um papel ambíguo no debate, isto porque, também, sofreu inúmeras críticas das mulheres árabes, que utilizavam o véu sem, portanto, deixar de realizar suas carreiras acadêmicas e profissionais.

No plano dos estudos feministas estas questões foram discutidas, mas as resistências à ampliação do debate são recorrentes. Kraus (2005) faz um interessante estudo sobre as resistências “*dans le village des irréductibles gauloises*” aos estudos de gênero, aos estudos culturais e estudos queer. Discute a questão a partir do problema da representação sob dois aspectos: delegação e ‘réferent’. De fato, a maior parte das críticas feministas francesas ao **French Feminism** remete a estes dois aspectos da representação.

É conhecida a influência dos pós-estruturalistas franceses nas Universidades Americanas, como Foucault, Derrida, Deleuze, entre outros, a partir dos anos 1980. Esta influência intensificou na academia americana a “discussão sobre a crise e o descentramento da noção de sujeito e introduziu no debate acadêmico, as idéias de marginalidade, alteridade e diferença”. (Buarque de Hollanda, 1994). Estas teorias receberam o rótulo de **French Theory** e contribuíram para o avanço das teorias identitárias, entre outras. É interessante observar que estes três autores foram relativamente marginalizados na França dos meados dos anos 80 em diante, inclusive Michel Foucault,

²¹ O título do livro “Liberte, égalité, parité” Gaspard F. et all., 1992, já sugere a força do universalismo republicano francês.

²² Possibilita que duas pessoas maiores de qualquer sexo possam fazer um acordo civil de organização de sua vida comum.

²³ Todas estas questões foram trabalhadas por Taraud C.(2005, p.13) em forma de entrevista com intelectuais que “não se definem como feministas - alguns preferem utilizar o termo pós-feministas; outros recusam claramente esta apelação – mas todos se posicionam, inclusive dentro de seu próprio engajamento nos debates, em uma lógica crítica”

²⁴ Ver análise detalhada em Lepinard, 2005.

que havia alcançado nos anos 1970 e começo dos 80 uma popularidade excepcional no meio universitário e político francês. A utilização da teoria de Foucault nas obras de Gayle Rubin, Joan Scott, e Judith Butler é recorrente, especialmente no que se refere a seus trabalhos sobre sexualidade e sua análise de poder..

Por outro lado, o debate com as teorias diferencialistas francesas de Irigaray, Kristeva, Cixous, - chamadas de **French Feminism** nas Universidades americanas – contribuíram na construção de novas teorias de gênero surgidas pela crítica feminista anglo-americana. A idéia de que a mulher é um não-sexo, em seu livro “Este sexo que não é um”, Irigaray dá elementos para as teorias que desligam sexo e gênero. Apesar de em sua análise - “*ao simbólico fálico se opõe um simbólico uterino polimorfo*” - há risco de essencializar o feminino e a maternidade. Se estas autoras não se enquadram em uma mesma corrente teórica, elas tem em comum o fato de trabalharem com a linguagem e com o simbólico, ou com o desconstrucionismo.²⁵

Interessante observar que no primeiro capítulo do livro de Butler “Problemas de Gênero, Feminismo e Subversão da identidade”(2003) há uma série de citações ‘referentes’ a intelectuais franceses. Começa com o construcionismo dicotômico de Beauvoir, passa por Kristeva com a idéia da não-existência das mulheres continua com Irigaray e sua idéia do não-sexo das mulheres. Depois se refere a Foucault que indica como o sexo se constrói a partir da manifestação da sexualidade e finaliza com Wittig dizendo que a categoria do sexo é a categoria política que funda a sociedade heterossexual. Wittig, conforme mostramos, rompeu com as feministas materialistas francesas, sem, tampouco se identificar com as diferencialistas, ela desconstruiu a categoria homem e mulher (Wittig, 1980), considerando-as categorias do pensamento e da linguagem, idéias que foram amplamente referenciadas por Butler. Nesta trajetória Butler desconstrói a “representação universal” do sujeito “mulheres” do feminismo.

Ao atravessar o atlântico, o **French Feminism** foi duramente atacado pelas feministas francesas, cujas críticas foram feitas pelo fato de ele ser uma interpretação anglo-americana de um grupo que **não representava** todo o feminismo francês (Varikas, 1993). Mais radical ainda foi a crítica de Delphy (1996), cujo argumento se baseia na “invenção do French Feminism” e conforme analisa Kraus(2005) isto implica que ele não tem ‘referente’ francês ou feminista e, de outro lado, que ele não ‘representa’ o feminismo francês, nem seu movimento, nem suas teorias. Retoma, assim, a antiga disputa de que o

²⁵ Cusset F.2003.

diferencialismo essencialista é anti-feminista, deixando para as universalistas a “representação” legítima do feminismo.

As resistências para integrar a categoria de gênero nos estudos feministas franceses foram, também, amplamente discutidas. As causas não eram somente relacionadas aos problemas da nacionalidade, ou da falta de correspondência de uma palavra em francês, ou, então, da suposta neutralidade política do conceito; de sua banalização ou má-utilização; mas, um problema de fundo teórico epistemológico, no sentido do ‘referente’ e da ‘delegação’ (Kraus, 2005). Podemos dizer que, as teorias que fundamentam o gênero estão próximas do pós-estruturalismo utilizando, muitas vezes, uma abordagem mais cultural e simbólica, do que material, mais ao gosto das francófonas. Talvez, este tenha sido um impedimento de fundo para o feminismo francês.

Para além das resistências foi talvez o *“poder mobilizador e político que o conceito de gênero tem de criar laços entre disciplinas, entre os mundos (da ciência e da política, dos países), mas, também, das gerações de feministas, entre redes de atrizes e atores (feministas, universitárias, universitárias feministas, cientistas e político/as)”*²⁶ que, por outro lado, possibilitou a entrada e a utilização, cada vez mais freqüente, deste conceito no campo desses estudos na França.

Isto foi verificado na pesquisa que fizemos em três Revistas Feministas francesas dos anos 1999-2006. Pesquisamos a revista NQF (ligada a Universidade de Lausanne a partir de 2002), a revista Travail, Genre et Société, do MAGE/Ed.Harmattan (Marche du Travail et Genre en Europe) ligado ao CNRS, criada em 1999 e a Cahiers du Genre, ligada ao grupo Genre, Travail et Mobilité (CNRS). Vamos, neste texto, nos deter na revista Cahiers du Genre, justamente porque ela trocou de nome em 1999, incluiu gênero no seu título e é a mais antiga, na área acadêmica, das três revistas pesquisadas.

Ela começou em 1992, com o nome de **Cahiers du Gedisst**, ligada ao Grupo com o mesmo nome “Groupe d’Études sur La division sociale et sexuelle du travail” do CNRS.. Esta Revista tinha como objetivo divulgar os trabalhos deste grupo e tinha um status “a meio caminho de uma literatura ‘grise’ e de uma revista formalizada”²⁷. Ela recebeu a partir de sua criação o apoio do “Service des droits des femmes”. De 1995 em diante recebeu o apoio do “Centre National du Livre” e a partir de 1999 do CNRS (Centre National de la Recherche Scientiphique). Em **1997** ela constituiu um comitê de

²⁶ Kraus, 2005, p.186

²⁷ Como são chamadas na França as publicações sem estrutura formal (comissão de redação, editor-chefe, apoio institucional, etc.). Segundo palavras da apresentação da Revista no site http://www.iresco.fr/revues/cahiers_du_genre/presentation.htm

leitura e passou a ser editada como revista temática da Maison d'Éditions L'Harmattan. Em 1999 mudou o nome para Cahiers du Genre *“com a preocupação de dar uma visibilidade maior à problemática que está no âmago da Revista”*²⁸, conforme nota do número 25, quando houve a mudança do nome. Embora lacônica esta apresentação abre o caminho.

A mudança amplia os horizontes do debate no campo acadêmico, incluir a categoria de gênero e toda discussão que vem junto com ela. Houve, então, uma associação da categoria tradicionalmente utilizada na França “rapports sociaux de sexes” com “rapports de genre” que propiciou uma abertura, ao mesmo tempo, temática e teórica.²⁹ Para fins deste texto escolhemos os números que promoveram um aprofundamento teórico dos debates clássicos do feminismo acima relatados; novas temáticas que não eram tratadas na fase anterior da revista, e enfrentamento das diversas posições teóricas.³⁰

A primeira revista escolhida abordou a temática das Novas Tecnologias que interferem na reprodução **“De la contraception à l'enfantement”**, adentra em um universo em que a ciência, a medicina, a tecnologia e as relações de gênero estão simbólica e materialmente imbricadas. Do acompanhamento da qualidade do embrião e dos fetos, à reprodução medicalmente assistida, à contracepção masculina: as técnicas têm em comum o fato de ser consideradas como técnicas que representam uma forma de objetivação das relações de dominação masculina, os tratamentos são todos realizados no corpo das mulheres, mesmo que a patologia não lhes concirna. O segundo número escolhido de 2000, **“Variations sur le corps”** publica a primeira **tradução de um texto de Butler na França**: **“Lês genres em athlétisme: hyperbole ou dépassement de la dualité sexuelle?”**³¹ Inclui também, uma análise da homossexualidade no rugby. O corpo é, também, abordado no espaço do trabalho, associando preocupações do espaço público com o privado.

“L'égalité, une utopie?” foi o terceiro número analisado. A discussão busca incluir diferentes discriminações, além das desigualdades de classe; e, também tratar

²⁸ Ver http://www.iresco.fr/revues/cahiers_du_genre/presentation.htm

²⁹ Comecei a pesquisa nos CG a partir de 1999 até 2006, em um universo de 18 números, incluindo o número especial de julho de 2006 “Feminisme(s). Récomposition et mutations”, de interesse direto para minha pesquisa. Até o ano de 1999 a Revista assegurou 3 números por ano e a partir de 2000 passaram a sair 2 números por ano. CG costuma trabalhar, também, com dossiês temáticos que dão o nome ao número. Portanto, selecionei 7 editoriais e analisei a bibliografia utilizada. Para fins deste texto escolhi descrever as temáticas publicadas para evidenciar as tendências..

³⁰As Revistas utilizadas estão especificadas na Bibliografia.

³¹ Publicado em Stanford Humanities Review, 1998. . O seu primeiro livro traduzido para o francês foi em 2002, *The Psychic Life of Power*, 1997. *Gender Trouble – feminism and Subversion of Identity* (1990) um dos seus mais reputados livros foi traduzido para o francês em 2005.

de diferentes contextos nacionais, as dificuldades das políticas afirmativas e o papel do movimento das mulheres. Um texto de Joan Scott “**L’énigme de l’égalité**” trata com maestria a questão da interdependência entre a igualdade e a diferença, mostrando que “*os termos da exclusão que fundam a discriminação são ao mesmo tempo repelidos e reproduzidos na luta pela inclusão*” (p.17)³².

Em um número dedicado à questão da “**La violence, le mots, le corps**” há o lançamento da Pesquisa Nacional sobre a violência contra as mulheres na França (ENVEFF). Dominique Fougeryrollas-Schwebel et Mary Jaspard fazem um histórico de como o problema da “violência contra as mulheres” foi tratado pelo feminismo dos anos 70. Mostra que a questão mais abordada foi a do estupro e que setores da esquerda não concordavam com a demanda das feministas pela sua criminalização. Embora, no final dos anos 70 tenha sido criada a primeira casa abrigo para “les femmes battues” voltada para a violência conjugal pelas militantes feministas, não havia ainda um reconhecimento da sociedade do problema da violência de gênero.

O número “**Politiques de la représentation et de l’identité – Recherches em gender, cultural, queer studies**” é o que vai abordar efetivamente estas novas questões na academia francesa, sob a ótica das principais disputas teóricas do feminismo francês com o anglo-americano. A publicação, neste volume, da tradução do prefácio da segunda edição do livro “Gender Trouble” de Butler - cedida pelo editor francês (La Découverte) antes de o livro sair - dá o tom teórico ao debate³³.

“*Gender Trouble*” enracina-se na French Theory, que é ela mesma uma singular construção americana. Só nos Estados Unidos que se colocariam tantas teorias diferentes juntas, como se formassem uma espécie de unidade.(...)enquanto o livro tem o risco de ser taxado de eurocentrista nos Estados Unidos, ele ameaça de “americanizar” a teoria na França” (Butler, 2005, p..20). Teoricamente há o confronto de uma teoria sociológica e antropológica anglo-americana pós-estruturalista de estudos de gênero e uma tradição francesa do discurso da diferença sexual com base na análise estruturalista.

O **enfrentamento destas oposições teóricas** busca incluir no debate as tendências pós-modernas que desconstróem a relação dicotômica sexo e gênero “*que os corpos sexuados podem dar ensejo a uma variedade de gêneros diferentes, e que, além disso, o gênero em si não está necessariamente restrito aos dois usuais*”(Butler, 2003). Ao

³² Este texto foi traduzido do original pela Revista Estudos Feministas em vol.13, n.1/2005.

³³ Butler afirma, neste prefácio, que a tradução deste livro em francês foi mobilizada por Didier Eribon e outros no quadro da discussão do PACS na França.

abrir espaço para esta discussão há um renovar nas idéias que levam aos dois números seguintes, que de certa forma continuam aprofundando o debate e buscam outras saídas para “pensar a pluralidade”.³⁴

“**Féminisme(s). Penser la pluralité**” fala de um sujeito plural, que é, sem dúvida universal, mas considera que o plural em feminismos pretende “*lembrar que como modo de agir político, o feminismo além de ser atravessado pela diversidade de relações de poder, ele só é possível no plural, porque as mulheres, que são seu sujeito privilegiado, são...animais políticos como todo mundo, já que participam da divisão do mundo constitutivo do político*”(p.8). .

A retomada do debate se faz, sobretudo, pelo texto de Nancy Fraser neste número. Ao propor a análise das “**diferenças cruzadas múltiplas**” (gênero, raça, classe e sexualidade). Fraser retoma o primeiro debate feminista sobre a oposição **igualdade e diferença**, busca uma saída que articule as políticas do reconhecimento (identitárias) com as políticas de redistribuição. Considera que o multiculturalismo e o anti-essencialismo “*não conseguem estabelecer a ligação entre uma orientação cultural fundada sobre a identidade e a diferença; e uma política social de justiça e de igualdade*”. Esta separação seria para autora, o impasse atual do movimento feminista, ela propõe então, “*passar para uma outra fase do debate sobre a diferença que visaria ligar a orientação política fundada sobre a diferença cultural à uma política de igualdade social*” (p.27). Resta ainda ver como operacionalizar em termos de construção metodológica estas articulações.

O que nos mostram estas publicações? Para além das divisões franco-anglo-americanas, da História de um Feminismo ou de vários Feminismos, de múltiplas teorias, impõem-se. Não há estagnação, embora o campo científico institucional francês destes estudos seja limitado e o seu desenvolvimento esteja ainda muito associado a uma “ciência militante”. Esta, talvez, seja uma característica própria ao campo, nos diferentes países, guardando as características históricas, culturais e sociais de cada sociedade. Este fato, também, pode estar indicando que as “disciplinas” no sentido tradicional não sejam as únicas formas de se fazer ciência.

As questões políticas das desigualdades e das diferenças não estão estagnadas em termos da sociedade francesa, haja vista as lutas atuais acima mencionadas. Nem tampouco na sociedade brasileira, embora os preconceitos aqui sejam ainda muito

³⁴ O segundo número seguinte “Féminisme(s) recompositions et mutations” prossegue o mesmo debate e não será analisado neste texto. Indicado na bibliografia.

virulentos no que se refere ao machismo, à homofobia, às sexualidades periféricas, dentro da academia e do campo científico maior e merecem pesquisa à parte.

Política, teoria e ciência caminham juntas e se retroalimentam. O acúmulo do conhecimento – teórico e empírico - dos estudos feministas e de gênero, por si só já estariam configurando um campo científico. As publicações acadêmicas são marcadas “por um interesse político específico” (Lopes e Piscitelli, 2004), o que não as impede de estar concorrendo de forma igual com outras produções pela aquisição da legitimidade científica. Este é o caso, citado por estas autoras, de duas Revistas Feministas brasileiras, reconhecidas no sistema nacional de avaliação brasileiro, com os conceitos máximos (PAGU e REF). Entretanto, como elas mesmas colocam o impacto e a legitimidade acadêmica sempre maior para as publicações que aparecem em revistas prestigiadas do campo científico mais amplo das Ciências Sociais (RBCS).

Isto implica dizer que o crescimento e a permanência deste campo necessitam do reconhecimento, da legitimidade e da relação com o campo mais abrangente no qual está inserido, mas, sobretudo, que não deve abdicar de seu crescimento próprio. Esta legitimidade, no caso dos estudos de gênero e feministas está diretamente associada às possibilidades das transformações dos problemas sociais, culturais e políticos abordados pelo próprio campo.

Bibliografia

- Alvarez S. Para uma « coreografia » democrática: cultura, política e cidadania. In : Araújo A. (org) Trabalho, cultura e cidadania. São Paulo : Scritta, 1997, p. 243-8.
- Bard C. Jalons pour une Histoire des études féministes en France, *Nouvelles questions Feministe* v. 22, n.1, 2003, p.15
- Bourdieu P avec Wacquant L. Réponses, Paris, Seuil, 1994.
- Butler J. Les genres en athlétisme : hyperbole ou dépassement de la dualité sexuelle ? in *Cahiers du Genre* Molinier P. et Grénier-Pezém. (eds) Paris : L’Harmattan, n.29, 2000.
- _____ Preface á la seconde édition de *Gender .Trouble* in *Cahiers du Genre*, n.38
- Cahiers du Genre*. De la contraception à l’enfantement./L’offre technologique en question. Akrich M et Laborie F.(eds) Paris : L’Harmattan, n.25, 1999

- Cahiers du Genre. Variations sur le corps. Molinier P. et Grénier-Pezém. (eds) Paris : L'Harmattan, n.29, 2000.
- Cahiers du Genre. L'égalité, une utopie ? Gaspard F et Heinen J (eds) Paris :L'Harmattan, n.33, 2002.
- Cahiers du Genre. La violence, les mots, le corps. Fougeyrollas-Schwebel D et Hirata H., Senotier D. (eds) Paris :L'Harmattan, n.35, 2003. Paris :L'Harmattan, n.33, 2002.
- Cahiers du Genre. Politiques de la représentation et l'identité. Recherche en gender, cultural, queer studies. Akrich M et Chabaud-Rychter D et Gardey D (eds) Paris :L'Harmattan, n.38, 2005.
- Cahiers du Genre. "Féminisme(s). Penser la pluralité". Fougeyrollas-Schwebel D, Lépinard E. et Varikas E.(ed). Paris :L'Harmattan, n.39, 2005.
- Cahiers du Genre. "Féminisme(s). Récomposition et Mutations. Fougeyrollas-Schwebel D, et Varikas E.(ed) Paris :L'Harmattan, Hors-Série, 2006.
- Collin F. Differences des sexes (théories de la) .In Hirata et alli. Dictionnaire Critique du Féminisme PUF, 2000,26-35
 _____entretien avec Rochefort F. Haase-Dubosc D, Clio, n.13/2001.
- Costa A. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. REF, CIEC/ECO/UFRJ, n.especial, 1994, 401-9.
- Cusset F. French Theory – Foucault, Derrida, Deleuze et cie et les mutations de l'aviation intellectuelle aux États-Unis., Paris : La Découverte, 2003
- Deleuze G. L'image-mouvement. C1. Paris : Minuit, 1999.
- Elias N. La société des individus, Agora, Fayard, 1987.
- Fougeyrollas-Schwebel, Controverses et anathèmes au sein du féminisme français des années 1970. Cahiers du Genre, n. 39, 2005, p.16
- Gardey D. La part de l'ombre ou celle des Lumières ? Les sciences et la recherche au risque de genre. Revue Travail, Genre et Sociétés n.14, nov. 2005.
- Gaspard F. et all. Liberté, égalité, parité. Paris : Seuil, 1992.
- Goldeberg A Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo "bom para o Brasil". Relações sociais de gênero x Relações sociais de sexo. São Paulo:NEMGE, 1989.

- Guillaumin C Femmes et Théorie de la Société : remarques sur les effets théoriques de la colère des opprimées. Sociologie et Sociétés/ Les femmes dans la Sociologie, Montréal, v. XIII, n.2, 1982, 19-32
- Hanish C Problèmes actuels: éveil de la conscience féminine. Le personnel est aussi politique. Partisans. Paris : Maspero, n.54-55, p.31-8, juillet/octobre, 1970
- Hirata H. Pesquisas sociológicas sobre relações de gênero na França. Relações sociais de Gênero x Relações Sociais de Sexo – Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, USP, 1989
- Knibiehler e Fouquet, Histoire des Mères, Paris :Montalba, 1977.
- Krauss C. Anglo-american Feminism made in France: crise et critique de la représentation. Cahiers du Genre, Paris :Harmattan, 38, 2005,163-189.
- Lagrange RM, Recherches Féministes ou Recherches sur les femmes ? Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris : EHESS, 1990, p.27-39
- Les Cahiers du GRIF, “Ou en sont lês féministes ?” N.23/24, Bruxelles, déc.1978 .
- Lepinard E, Malaise dans le concept. Différence, identité et théorie féministe. Cahiers du Genre,39, Paris, 2005, p.107-135..
- Lopes M.M. , Piscitelli A. Revistas Científicas e a Constituição do campo de estudos de Gênero: um olhar desde as “margens”. REF , 12, 2004, p.115-121.
- Picq F Libération des Femmes, Les années –Mouvement. Paris : Seuil, 1993.
- Sarti C.O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória. REF, ag.2004, vol.12, n.2, 35-50.
- Scavone L. O Feminismo e Michel Foucault : afinidades eletivas ? in Scavone L. Alvarez MC, Miskolci R (orgs) O Legado de Foucault, São Paulo: EDUNESP, 2006
- Schienbinger, Londa. O Feminismo mudou a ciência? Bauru, SP, EDUSC, 2001.
- Taraud C. Les Féminismes en questions. Éléments pour une cartographie. Paris : Editions Amsterdam,.2005, p.13
- Taraud C. Les féminismes em questions. Éléments pour une cartographie. Editions Amsterdam : Paris, 2005.

Varikas E. Féminisme, modernité, postmodernisme: pour un dialogue des deux cotés de l'océan. Futur Antérieur. Féminismes au présent. L'Harmattan, 1993, p.59-84.

Wallerstein I.(org) Para abrir as Ciências Sociais. São Paulo, Cortez, 1996.

Wittig, M. 1980 La pensée straight. Questions féministes, n.7.